



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

PARA ALÉM DA PORTEIRA: RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO PELAS ELITES AGRÁRIAS DE SOURE (MARAJÓ-PARÁ)

Thiliane Regina Barbosa Meguis¹
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues²

1. INTRODUÇÃO

Em Soure, recorte empírico do estudo, predomina a pecuária extensiva bovina e bubalina, seguida pela pesca artesanal e pelo comércio. Fora da sede municipal, as fazendas complementam sua renda com o turismo rural e as comunidades praianas com o turismo de “sol e praia” e o turismo de base comunitária (TBC). Dentre as novas dinâmicas, chama atenção a implementação da Rodovia Estadual PA-154, conhecida como Transmarajoara, em 2017, que percorre do Porto de Camará até Soure, chegando até as comunidades do Céu e Caju-una. A circulação pela rodovia preocupa alguns gestores públicos, moradores e turistas, devido perpassar por uma grande propriedade privada que, geralmente, cobra uma taxa de entrada para visitantes e controla a entrada e saída dos moradores.

Desse modo, o presente estudo objetivou analisar as formas de acesso, uso e ressignificação dos espaços potencialmente turísticos pelas elites agrárias e pelas comunidades praianas de Soure, afim de compreender as relações estabelecidas entre moradores, turistas, lideranças políticas e comunitárias com as elites agrárias locais.

Valeu-se de pesquisa bibliográfica em publicações científicas, jornais, revistas sobre a formação social de Soure. A análise documental do Plano Diretor de Soure, do inventário da Oferta Turística, do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, além de cartas e documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará. Contou-se ainda com coleta de dados sobre as percepções de turistas em redes sociais virtuais como *facebook* e *instagram*. A pesquisa de campo ocorreu em dezembro de 2020, com a realização de

¹Turismóloga, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: thilianemeguis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2120069516706032>

²Turismóloga, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: agflaviana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418453374423378>.

entrevistas semiestruturadas³ e participação no I Seminário de Pesquisas da Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEXMAR).

Palavras-chave: Soure. Turismo. Formação Econômica e Social. Relações de poder.

2. CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE SOURE

O Marajó possui registros de ocupação humana há 3.400 anos a.C., atingindo alta densidade populacional antes do contato com os europeus. Os registros históricos marcam a presença de espanhóis, portugueses e outros exploradores estrangeiros, antes da data oficial de “descobrimento” do Brasil. Em 1665, os grupos originários, em busca de defesa contra a escravização, valeram-se de estratégias de desmembramento das povoações pelo território. Os embates seguidos de roubos e mortes para ambos os lados, resultou na escravização e dizimação de diversas comunidades indígenas (MARIN, 2009).

A elaboração das políticas públicas de turismo começou a tomar forma com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), no ano de 1977 (NÓBREGA, 2006), coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com o esgotamento do Estado, priorizou-se a descentralização do governo federal por meio da criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994 (CORDOVIL, 2017). Dentro das premissas do PNMT, chamou-se atenção para a elaboração de estratégias que incluíam a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo. No entanto, Soure não alcançou essa etapa e o programa deu descontinuidade (HOSHINO, 2007).

Outro movimento político criado em 2002 foi a Associação de Turismo Rural no Marajó (ATURMA), constituída por fazendeiros e hoteleiros interessados em gerir ações promocionais em parceria com a antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e com o Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Para Hoshino (2007), o encerramento das atividades da ATURMA, em 2004, ocasionado pelos conflitos entre membros, demonstrou um campo de forças negativas no processo de auto-organização social.

As elites agrárias sempre buscaram estar à frente das decisões econômicas e políticas de Soure, sendo em alguns casos as primeiras contempladas pelas oportunidades de desenvolvimento propiciadas pelas políticas públicas até o final do século XX. Meguis (2018)

³ Foram entrevistados representantes das agências de receptivo turístico, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Céu (AMPOC), moradores das comunidades e turistas.

afirma que a relação da população marajoara com a terra era, e ainda é consideravelmente influenciada pela existência do baronato e coronelato, que articulado ao poder público, exerce forte influência sobre as políticas e intervenções, ocasionando conflitos de interesse entre os fazendeiros e as comunidades locais.

3. OS CONFLITOS PELO USO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO NA ÁREA RURAL DE SOURE

No ambiente rural de Soure, para além das fazendas existem comunidades que fazem parte da RESEXMAR, criada em 2001 (BRASIL, 2001, s/p). Constituída de 1.298 famílias extrativistas distribuídas em seis comunidades no interior da Unidade de Conservação- UC (Araruna, Barra Velha, Pesqueiro, Céu, Caju-una e Pedral) e em nove bairros urbanos fora dos limites da Resex (Centro, São Pedro, Matinha, Umirizal, Pacoval, Macaxeira, Bom Futuro, Bairro Novo e Tucumanduba), que sobrevivem de recursos pesqueiros, florestais não madeireiros, criação de pequenos animais e atividades ligadas ao turismo.

O plano de Manejo da RESEXMAR, lançado em 2018, propõe destaque para o TBC, com protagonismo das comunidades praieiras da UC, sobretudo Pesqueiro, Céu e Caju-una. Na Comunidade do Céu, reforçam-se as possibilidades para esse tipo turismo, visto que há oferta de serviços de hospedagem e restaurante conduzido pelos próprios moradores a partir da associação local que atua na vila (AMPOC).

Entre os desafios da atividade turística das comunidades do Céu, Pesqueiro e Caju-una está o processo de planejamento e de gestão pública, que tem como finalidade compatibilizar os ideais de uma área natural a ser conservada com os interesses de visitantes e moradores. Das três comunidades, o Pesqueiro é a única que possui infraestrutura de acesso com transporte público e privado (ônibus, táxi, motos).

Na Vila do Céu, com cerca de 45 famílias, situada a 20 km de Soure, o deslocamento, geralmente, ocorre por meio da estrada estadual PA 154, passando por uma propriedade privada, que cobra uma taxa para que visitantes circulem por seu terreno. Outra possibilidade de acesso é por meio da condução de embarcações com saídas a partir do Pesqueiro, cujo nível de dificuldade de locomoção é definido pelo fluxo das marés (MEGUIS, 2018).

Nas fazendas de Soure, além das atividades agropastoris, prestam-se serviços turísticos e venda de produtos artesanais. Os visitantes adquirem pacotes cujos valores pagos variam entre R\$ 70,00 e R\$ 400,00. Com exceção de duas fazendas que permitem a livre circulação de pessoas, as demais propriedades cobram taxa de entrada.

O turismo vem sendo apontado tanto pelas fazendas quanto pelas comunidades da RESEXMAR de Soure como possibilidade de complementação na renda e garantia de permanência das antigas atividades tradicionais. Contudo, o acesso pela rodovia PA-154, que deveria ser a principal via de entrada para a praia da Vila do Céu, torna o ambiente conflituoso e dificulta o desenvolvimento da atividade. Os entrevistados apresentaram opiniões divergentes a respeito desse assunto, pois para o ICMBio a criação da barreira física na fazenda trata-se apenas de uma ação de controle, não sendo “uma proibição”, apenas uma “restrição necessária”. Para acessar as comunidades, os moradores utilizam canoas a partir da comunidade do Pesqueiro, porém é necessário andar alguns quilômetros, dependendo do fluxo das marés, não sendo um deslocamento acessível, principalmente, para pessoas com dificuldade de locomoção.

Infelizmente, durante o trabalho de campo não foi possível realizar entrevista com a proprietária da Fazenda que limita o acesso às comunidades do Céu e Caju-una, mas na pesquisa de Falcão (2013), houve a compreensão de que o controle imposto nos limites se estabelece pelo discurso de concentração de esforços para resguardo do patrimônio natural, o que de certa forma acaba por complementar o processo de fiscalização do ICMBio.

Há anos essa problemática vem sendo debatida em encontros com representantes do poder público, moradores e fazendeiros, não sendo possível até o momento chegar a uma solução comum e viável para ambos os lados. Portanto, no decorrer das pesquisas de campo foi identificar que a Comunidade do Pesqueiro é a mais estruturada para receber turistas. Contudo, o proprietário da agência informou que, mesmo com as dificuldades, prefere indicar a Comunidade do Céu para receber visitantes, pela forma de organização das comunidades.

Por vezes, a conectividade de um espaço, especialmente em Soure, pode (re)significar a sua inclusão em redes globais que, contudo, só privilegiam a acumulação capitalista, ficando a população local e originária subordinada à uma elite agrária dominante, aumentando a rede de tensões e relações de poder, que raramente gera algum benefício ou perspectiva de desenvolvimento socioeconômico que possa incluir mais agentes na dinâmica turística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fazenda em destaque funciona de porteiros fechadas e regula os horários de entrada e saída de moradores, bem como cobra taxa para o deslocamento de turistas. Esse controle de acesso e uso da estrada representa assim uma forma recente de dominação por parte da elite

agrária de Soure, que se apropria e ressignifica o espaço até as praias em prol de interesses particulares que vão de encontro aos interesses das comunidades do Céu e Caju-una.

A partir da análise dos dados, pode-se perceber que os entrevistados e as informações contidas nas páginas virtuais concordam que a infraestrutura de acesso, considerada parte integrante dos serviços e direitos públicos básicos, como o ir e vir, não correspondem ao que se espera de um local turístico. Os relatos demonstraram que o ambiente se encontra desamparado pelo poder público. Isso aponta que as políticas e intervenções não seguem o mesmo ritmo das imagens que vêm sendo projetadas sobre o lugar, sendo a prática diferente do discurso. As fazendas tornam-se obstáculos para o desenvolvimento ampliado e maior inclusão de outros agentes locais nas atividades turísticas de Soure. Destaca-se a existência do turismo, que se estabelece condicionado por barreiras simbólicas e físicas causadas pelas porteiras que se apropriam e ressignificam o espaço.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto s/n, de 22 de novembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 nov. 2001.
- CORDOVIL, J. C. S. Turismo na Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará. **Tese (Doutorado)** - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2017.
- FALCÃO, L. Turismo em Resex: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas Resex de Soure e de Curuçá no Pará. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Belém. 2013.
- HOSHINO, Y. Políticas públicas e participação em programa de turismo no município de Soure, Pa. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 2007.
- MARIN, R. E. A. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: Godoi, E. P. de., Menezes, M. A. de., & Marin, R. E. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. v. 1, p. 209-228. 2009.
- MEGUIS, T. R. B. Transporte fluviomarítimo e turismo: A viagem à Soure e as perspectivas de desenvolvimento local. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 2018.
- NÓBREGA, W. R. M. Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA. 157 f. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia. 2006.